



Processo : TC-001656.989.21-7

Entidade : Prefeitura Municipal de Mogi Mirim

Assunto : Acompanhamento Especial – **COVID-19**
Processo de Contas Anuais - TC-007217.989.20-1

**Período
examinado** : Janeiro /2021

Responsável : Paulo de Oliveira e Silva

CPF nº : 201.086.646-00

Relatoria : Dr. Dimas Ramalho

Instrução : UR-19 / DSF-I

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Este processo foi autuado com o objetivo de instruir fatos relacionados à gestão municipal das medidas de enfrentamento à pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), sem prejuízo de eventuais análises abrigadas em autos próprios, o que, se for o caso, será anotado no decorrer do presente.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, que foram efetivados remotamente, por meio de ferramentas e sistemas disponíveis, considerando as seguintes fontes:

- a. Normas expedidas no âmbito federal, estadual e municipal regulamentando as ações de combate à pandemia citada;
- b. Questionário de “Gestão de Enfrentamento do COVID-19” desenvolvido por este e. Tribunal de Contas e respondido pela origem;
- c. Comunicados, Notas Técnicas e demais orientações exaradas por esta e. Corte de Contas;
- d. Análise de dados carregados nos sistemas disponíveis à Fiscalização, tais como Sigeo, Sistema Audep, entre outros;
- e. Pesquisas aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados e outras fontes da rede mundial de computadores.

O presente relatório visa apresentar as análises efetuadas pela



Fiscalização, considerando a relevância do tema, sob a ótica dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

A.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Para evidenciar a situação da pandemia no município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal no “Questionário de Enfrentamento do COVID-19” (DOC 01, questões 26 a 37), segue a estatística acumulada até o mês em referência:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para o COVID-19, até o presente momento	11465
Número de casos em análise do COVID-19, até o presente momento	178
Número de casos descartados do COVID-19, até o presente momento	7382
Número de casos confirmados do COVID-19, até o presente momento	4083
Número de casos recuperados do COVID-19, até o presente momento	3889
Número de óbitos confirmados de COVID-19, até o presente momento	96
Número de óbitos suspeitos de COVID-19, até o presente momento	3
Número de óbitos descartados de COVID-19, até o presente momento	55
Número de leitos na enfermaria existentes, até o presente momento	12
Número de leitos na enfermaria ocupados, até o presente momento	12
Número de leitos na UTI existentes, até o presente momento	22
Número de leitos na UTI ocupados, até o presente momento	15

Em relação ao mês anterior (dezembro), observa-se um elevado aumento (em torno de 46,81%) no número de casos confirmados de Covid-19 (de 2781 para 4083) e de óbitos (de 69 para 96, representando 39,13%). Na contramão do referido aumento, verifica-se que em relação ao mês anterior o número de leitos de enfermaria disponível reduziu de 28 para 12, cabendo explicações por parte da Prefeitura. Registre-se que, pelo quadro acima, ao final do mês, os leitos de enfermaria estavam 100% ocupados.

Consignamos, na oportunidade, que a quantidade de leitos na UTI permaneceu o mesmo do mês de dezembro (22 leitos), mesmo com a crescente contaminação do vírus no município. A ocupação de leitos de UTI saltou de 11 para 15, ou seja, representando quase 70% de ocupação.

A.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, consoante questionário de “Gestão de Enfrentamento do COVID-19” (DOC 01, questões 01 a 06), a origem informou o seguinte:



- a. Não edição do decreto de calamidade pública ou de estado de emergência com vigência para o ano de 2021;
- b. Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento ao COVID-19;
- c. Há participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise;
- d. A Administração realiza a divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à COVID-19, por meio de jornal oficial do município e pelo site da Prefeitura;
- e. Foi elaborado Plano Municipal de Enfrentamento à COVID-19;
- f. Existem instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento ao COVID-19;
- g. O Município não está divulgando todos os atos, receitas e despesas decorrentes da situação de calamidade pública no portal de transparência do município, disponível em <http://187.92.42.98:9090/Transparencia/> não atendendo, com isso, o estabelecido no Comunicado SDG nº 18/2020, pois:
 - O Portal de Transparência está hospedado em endereço de IP de computador (vide link acima). Tal prática está em desacordo com Guia Técnico de Transparência Municipal elaborado pelo Governo do Estado de SP juntamente com TCE-SP¹;
 - As informações constantes do Portal não são atualizadas em tempo real (dia útil imediatamente anterior). Conforme verificado no dia 26/01/2021 (vide prints juntados na requisição nº 002/2021 – item 14 do DOC 02), nesta data, o portal de transparência da Prefeitura não trazia informações de despesas/empenhos realizados em janeiro para o enfrentamento da Covid-19. Após questionamento, a Origem declarou que os itens 8, 13, 14 e 16 (divulgação dos atos, despesas e receitas relacionados ao Covid) da requisição ora mencionada não foram atendidos em virtude de problemas com a empresa responsável pela manutenção dos dados relativos ao “Portal da Transparência – Covid” no site da Prefeitura (vide declaração juntada no DOC 03, fls. 01/05).

Observamos, por fim, que a Prefeitura informou (questão 6 do questionário – DOC 01) que não está divulgando todos os atos, as receitas e as despesas decorrentes do Covid-19 sob a alegação de que “no exercício de 2021 não foi decretado no município de Mogi Mirim situação de calamidade pública”.

¹ Disponível em:

<https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Guia%20T%C3%A9cnico%20de%20Transpar%C3%A2ncia%20Municipal%20-%202019.pdf>



Alertamos que, na data de 08/02/2021 (vide imagem abaixo), as informações no Portal da Transparência do município continuavam desatualizadas.

ID	Descrição	Valor	Data
015170	Resumo	26.690.808,00	2020/004782
015181	Recursos Extras	27.106.398,00	2020/004782
016118	03/12/2020 IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MOGI MIRIM	52.775.392,00	005797
016128	03/12/2020 MARIA PAULA DONATTI GRAGNANELLO	024.585.588,28	2020/010320
016129	03/12/2020 MARIA PAULA DONATTI GRAGNANELLO	024.585.588,28	2020/010322
016138	04/12/2020 IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MOGI MIRIM	52.775.392,00	007418/2020
016146	07/12/2020 GABEE FOODS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	26.742.152,00	2020/010508
016147	07/12/2020 GABEE FOODS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	26.742.152,00	2020/010508

Por derradeiro, registramos que o próprio Controle Interno do município atestou que, no período de janeiro de 2021, não houve a divulgação dos dados nos termos do Comunicado SDG nº 18/2020 (vide declaração juntada no DOC 03, fl. 6).

A.3. VACINAÇÃO

Para evidenciar a situação da vacinação no município, consoante questionário de “Gestão de Enfrentamento do COVID-19” (DOC 01, questões 46 a 60), seguem dados referentes ao período examinado:

DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
Existe Plano Municipal de Vacinação contra a COVID-19?	SIM
Existe cadastramento municipal do público prioritário para vacinação – COVID-19?	NÃO
Houve vacinação contra a COVID-19 no município, até o período em análise?	SIM
Existe controle de possíveis contaminações por COVID-19 de pessoas vacinadas (resistência viral)?	SIM
Percentual entre pessoas vacinadas total e pessoas contaminadas por COVID-19, mesmo após a vacinação (até o período em análise – percentual acumulado – contar pessoa com uma ou duas doses apenas uma vez) ² :	0,00%

² N° de pessoas contaminadas após a vacinação / n° total de pessoas vacinadas X 100.



Vacinação (Previsto X Realizado)				
Grupos	Doses	Previsto	Realizado	Diferença
Profissionais da Saúde	1ª dose	-	1800	
	2ª dose	-	0	
Idosos	1ª dose	-	172	
	2ª dose	-	0	
Idosos em instituições de longa permanência	1ª dose	-	172	
	2ª dose	-	0	
Pessoas a partir de 18 anos com deficiência em residências inclusivas	1ª dose	-	-	
	2ª dose	-	-	
Profissionais do corpo técnico de instituições(longa permanência e inclusivas)	1ª dose	-	172	
	2ª dose	-	0	
Indígena e quilombolas	1ª dose	-	-	
	2ª dose	-	-	
Profissionais da educação	1ª dose	-	-	
	2ª dose	-	-	
Moradores de rua (abaixo de 60 anos)	1ª dose	-	-	
	2ª dose	-	-	

A Origem informou que não existe cadastramento municipal do público prioritário para vacinação (questão 48), o que consequentemente prejudicou o preenchimento da coluna "previsto" do quadro acima.

A origem informou (DOC 01, questões 46 a 60), e a Fiscalização constatou, ainda, o que segue:

- Existe previsão de quantitativos de vacinas a serem recebidas dos governos estadual e/ou federal no decorrer deste mês;
- Houve previsão de vacinação - COVID 19 em domicílio para pessoas do grupo de risco;
- Existe plano de cadastramento e acompanhamento da evolução do quadro clínico das pessoas vacinadas;
- Existe controle de possíveis contaminações por COVID-19 de pessoas vacinadas (resistência viral);
- Houve treinamento para as equipes de saúde que estão atuando na vacinação;



- f. Existe na rede municipal refrigeradores suficientes para o armazenamento das vacinas COVID-19 (+2°C a +8°C);
- g. Existe campanha municipal para esclarecimentos sobre a vacinação à população;

B. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2021

B.1. DAS RECEITAS

A origem informou no questionário de Gestão de Enfrentamento COVID-19 (DOC 01, questões A.1 e A.2) que a receita arrecadada (R\$ 34.789.431,46) foi superior à estimada no período (R\$ 33.497.531,00).

B.2. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS

A origem informou e a Fiscalização constatou as seguintes irregularidades quanto aos aspectos orçamentários, contábeis e fiscais:

- a. Não houve a elaboração de Plano de Contingência Orçamentária 2021 (DOC 01, questão 11);
- b. A Prefeitura não realizou, até o encerramento do período analisado, medidas de contingenciamento em face de possível queda na arrecadação. Ressaltamos, contudo, que, conforme item anterior, a receita arrecadada superou à estimada em janeiro de 2021 (DOC 01, questão 11.1);
- c. A Câmara não adotou medidas para auxiliar a Prefeitura no combate à pandemia (DOC 01, questão 11.2).

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

Item “A.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS”

- Em relação ao mês de dezembro, observa-se um elevado aumento (em torno de 46,81%) no número de casos confirmados de Covid-19 (de 2781 para 4083) e de óbitos (de 69 para 96, representando 39,13%). Na contramão do referido aumento, verifica-se que em relação ao mês anterior o número de leitos de enfermaria disponível reduziu de 28 para 12, cabendo explicações por parte da Prefeitura. Registre-se que, pelo questionário preenchido, ao final do mês, os leitos de enfermaria estavam 100% ocupados;
- Consignamos, na oportunidade, que a quantidade de leitos na UTI permaneceu o mesmo do mês de dezembro (22 leitos), mesmo com a crescente contaminação do vírus no município. A ocupação de leitos de UTI saltou de 11 para 15, ou seja, representando quase 70% de ocupação.

Item “A.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO”

- Não houve edição do decreto de calamidade pública ou de estado de emergência com vigência para o ano de 2021;
- O Município não divulgou, no período analisado, todos os atos, receitas e despesas decorrentes da situação de calamidade pública no portal de transparência do município, não atendendo, com isso, o estabelecido no Comunicado SDG nº 18/2020;
- O Portal de Transparência está hospedado em IP de computador, em desacordo com Guia Técnico de Transparência Municipal elaborado pelo Governo do Estado de SP juntamente com TCE-SP;
- As informações constantes do Portal da Transparência não foram atualizadas em tempo real (dia útil imediatamente anterior). Conforme verificado no dia 26/01/2021, o portal de transparência da Prefeitura não trazia informações de despesas/empenhos realizados em janeiro para o enfrentamento da Covid-19. Após questionamento, a Origem declarou que a divulgação dos atos, despesas e receitas relacionados ao Covid foi prejudicada em virtude de problemas com a empresa responsável pela manutenção dos dados relativos ao Portal da Transparência – Covid no site da Prefeitura. A Prefeitura informou (questão 6 do questionário) que não está divulgando todos os atos, as receitas e as despesas decorrentes do Covid-19 sob a alegação de que *“no exercício de 2021 não foi decretado no município de Mogi Mirim situação de calamidade pública”*;
- Alertamos que, na data de 08/02/2021, as informações no Portal da Transparência do município continuavam desatualizadas;
- O Controle Interno do município atestou que, no período de janeiro de 2021, não houve a divulgação dos dados nos termos do Comunicado SDG nº 18/2020.

Item “A.3. VACINAÇÃO”

- Não existe cadastramento municipal do público prioritário para vacinação – COVID-19.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-19, 8 de fevereiro de 2021.

Francisco de Assis Miranda Siqueira Junior
Agente da Fiscalização